



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária, realizada em 27 de setembro de 2024

MOÇÃO

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

O Serviço Nacional de Saúde, nascido da Revolução de Abril, construído com a dedicação dos seus profissionais, com o apoio do povo e Consagrado na Constituição da República Portuguesa, tem sido vítima dos sucessivos governos, desde Durão Barroso e de Cavaco Silva de um sucessivo desmantelamento, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de grandes negócios, com a saúde.

Esta ofensiva, pondo em causa os superiores direitos do povo no acesso á saúde em todos os seus serviços, empurra médicos e enfermeiros para hospitais e clínicas privadas, por não verem resposta ás necessidades e condições condignas de trabalho, com vista á progressão nas suas carreiras.

A situação agravou-se como é exemplo recente o encerramento de várias maternidades e serviços de obstetrícia e ginecologia, obrigando mães e mulheres a deslocarem-se centenas de quilómetros, pondo em causa a sua própria vida e o nascimento das crianças.

Na nossa região e concelho a gravidade da situação é inaceitável, pelo que é urgente e exige resposta de emergência e por isso se realizou uma ação de protesto e outras se irão realizar contra o encerramento das urgências de obstetrícia e blocos de partos no hospital Barreiro - Montijo e outros.

Neste sentido a Assembleia Municipal de Montijo, reunida no dia 27 de setembro de 2024 delibere:

- Exigir ao governo PSD/ CDS medidas urgentes de valorização dos salários e melhoria das condições de trabalho, fator essencial para manter médicos e enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde e atrair e contratar mais profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde.



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária, realizada em 27 de setembro de 2024

- Exigir ao governo PSD/ CDS medida urgentes de valorização da prevenção da saúde, assegurar o acesso aos medicamentos, e reforçar a organização do Serviço Nacional de Saúde, articulado, com gestão democrática, defendendo o sector publico e fiscalizar as relações do Estado com o sector privado, para que a saúde seja um direito e não um negócio.

APROVADA POR MAIORIA COM 16 VOTOS A FAVOR (11 DO PS, 4 DA CDU E 1 DO BE), 9 VOTOS CONTRA (5 DO PSD, 2 do CDS-PP, 1 DO CH E 1 DA IL) E 0 ABSTENÇÕES.